

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas)

PCM – Plano de Contas Multidimensional

NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60) – UNILEO

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO.....	4
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	6
1.1. Identificação da entidade, período de relato	6
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	12
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	15
2.1. Bases de mensuração	15
2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro	21
2.5. Principais julgamentos e estimativas sujeitas a maior risco	21
3. ATIVOS INTANGÍVEIS	22
3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros	22
3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis	24
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	25
5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras ..	25
5.6. Outras divulgações	29
6. LOCAÇÕES.....	31
6.2. Locações operacionais - locatários	31
13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	32
13.1.b. Divulgação das classes de rendimentos com contraprestação	32
14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	33
14.1. b. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação	33
15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .	34
17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	34
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35
18.1. ATIVOS FINANCEIROS	35
18.2. PASSIVOS FINANCEIROS	36
19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS/GASTOS DE PESSOAL	39
20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	41
20.1. Divulgação de controlo	41

20.2.	Divulgação de transações entre partes relacionadas.....	42
20.3.	Pessoas chave da gestão	42
23.	VARIAÇÕES DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	44
24.	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	45
25.	VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	45

INTRODUÇÃO

No presente ponto da Conta de Gerência de 2022, serão apresentadas as notas que pretendem clarificar e ajudar à interpretação dos valores apresentados nas demonstrações financeiras expostas anteriormente. As notas compreendem a divulgação de um resumo das políticas contabilísticas significativas e também da exposição de outras notas explicativas.

O CECOA toma como referencial contabilístico o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) e as publicações referentes à aplicação do seu regime simplificado. São também consideradas as disposições genéricas relativas à Contabilidade Pública, as emitidas pelo Tribunal de Contas e pela UNILEO.

Desta forma, as demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal, definidos pelo SNC-AP e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sob a forma. Tentou-se também que as divulgações a seguir apresentadas sejam claras, objetivas e precisas, tomando a compreensibilidade enquanto característica fundamental da informação financeira divulgada.

As divulgações que se seguem serão, por vezes, efetuadas recorrendo à apresentação dos dados em quadros normalizados – de acordo com os modelos publicados no «Manual de Implementação do SNC-AP» (emitido pela Comissão de Normalização Contabilística) e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)» (emitido pela UNILEO) – de forma a facilitar a divulgação e sistematização da informação complementar exigida pelo SNC-AP. Na definição das notas apresentadas foi tido em conta o critério da materialidade das quantias envolvidas e dos temas objeto de relato.

As notas divulgadas respeitarão a numeração e a ordem previstas no normativo vigente, sendo acrescentados alguns pontos, sempre que necessário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, ou são notas não aplicáveis ao CECOA, ou são referentes a situações em que a sua apresentação não foi considerada relevante para a leitura e interpretação das demonstrações financeiras. O mesmo sucede em relação aos quadros explicativos cujos títulos tomam, por vezes, como referência a nomenclatura constante nas instruções divulgadas pelo Tribunal de Contas, no «Manual

de Implementação do SNC-AP» e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)».

Em primeiro lugar será apresentada informação que pretende enquadrar a entidade, o período de relato e o referencial contabilístico. Depois será feita a exposição de dados relativos às bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas. Seguir-se-á a divulgação de outras informações que não tendo sido detalhadas nas demonstrações financeiras apresentadas, constituem dados relevantes para a sua melhor compreensão. Por último, há a referir que cada item na face das demonstrações financeiras que tenha merecido uma nota constante no presente anexo, terá uma referência cruzada entre as várias demonstrações financeiras divulgadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade, período de relato

- a) **Designação da entidade:** CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins;
NIF: 501 791 949
- b) **Endereço/domicílio/sede:** Rua da Sociedade Farmacêutica, N° 3, 1169-074 LISBOA
- c) **Código da classificação orgânica:** 111 901 600;
- d) **Tutela:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- e) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**
 - a. Decreto-lei nº 165/85 de 16 de maio;
 - b. Portaria nº 510/86, de 10 de setembro;
- f) **Natureza da atividade:** formação profissional;

1.1.1. Enquadramento da entidade e da atividade:

Criado em julho de 1986, o CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – resulta de um protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Este acordo foi formalizado aquando da publicação da portaria nº 510/86 no Diário da República nº 208, de 10 de setembro de 1986.

O CECOA configura-se como um organismo dotado de personalidade jurídica enquanto pessoa coletiva de direito público, sem fins lucrativos, e detém autonomia administrativa, financeira e patrimonial no desenvolvimento da sua atividade, estando sob a tutela do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

O financiamento principal da atividade é assegurado através da transferência regular de fundos pelo IEFP. Existe também financiamento da atividade com recurso a receita própria gerada e a transferências de fundos da União Europeia.

De acordo com o definido no protocolo de criação e tendo também em conta a autonomia estatutária atribuída, o CECOA tem como principal objetivo a promoção de atividades de educação e de formação profissional para o setor do comércio e dos serviços, incluindo a aprendizagem.

De âmbito nacional, o CECOA tem a sua sede em Lisboa e conta com delegações no Porto e em Coimbra.

O início, efetivo, da atividade do CECOA ocorreu em abril de 1987, em Lisboa. Em 1988 a atividade estendeu-se a outros pontos do território, com a abertura das delegações norte e centro. Os primeiros cursos de formação iniciaram em 1987 – com formações nas áreas da qualificação profissional inicial e da formação profissional contínua – seguindo-se um período de expansão da atividade – entre 1991 e 1999 – no qual se prosseguiu o desenvolvimento da formação inicial destinada a jovens com cursos de aprendizagem e qualificação inicial. Após isto, iniciou-se um período de consolidação – entre 2000-2016, o qual, com a mudança de século, trouxe novos desafios nas metodologias de formação, no desenvolvimento tecnológico e nas necessidades de formação e de qualificação profissional.

A atividade formativa desenvolveu-se dentro dos seguintes agregados:


- Formação de jovens;
- Educação e formação de adultos;
- Formação de ativos;
- Formação de formadores;
- Serviços à medida das necessidades das organizações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Projetos de cooperação e parceria;
- Centro de recursos em conhecimento – CRC.

O CECOA possui uma vasta experiência em conceção, planeamento, organização, desenvolvimento e avaliação de ações de formação, em domínios diversificados como: *Marketing*, *Vitrinismo*, *Merchandising*, *Atendimento*, *Vendas*, *Negociação*, *Gestão*, *Contabilidade*, *Desenvolvimento Pessoal*, *Secretariado* e *Trabalho Administrativo*, *Línguas*, *Informática*, *Formação de Formadores* e *Turismo*.

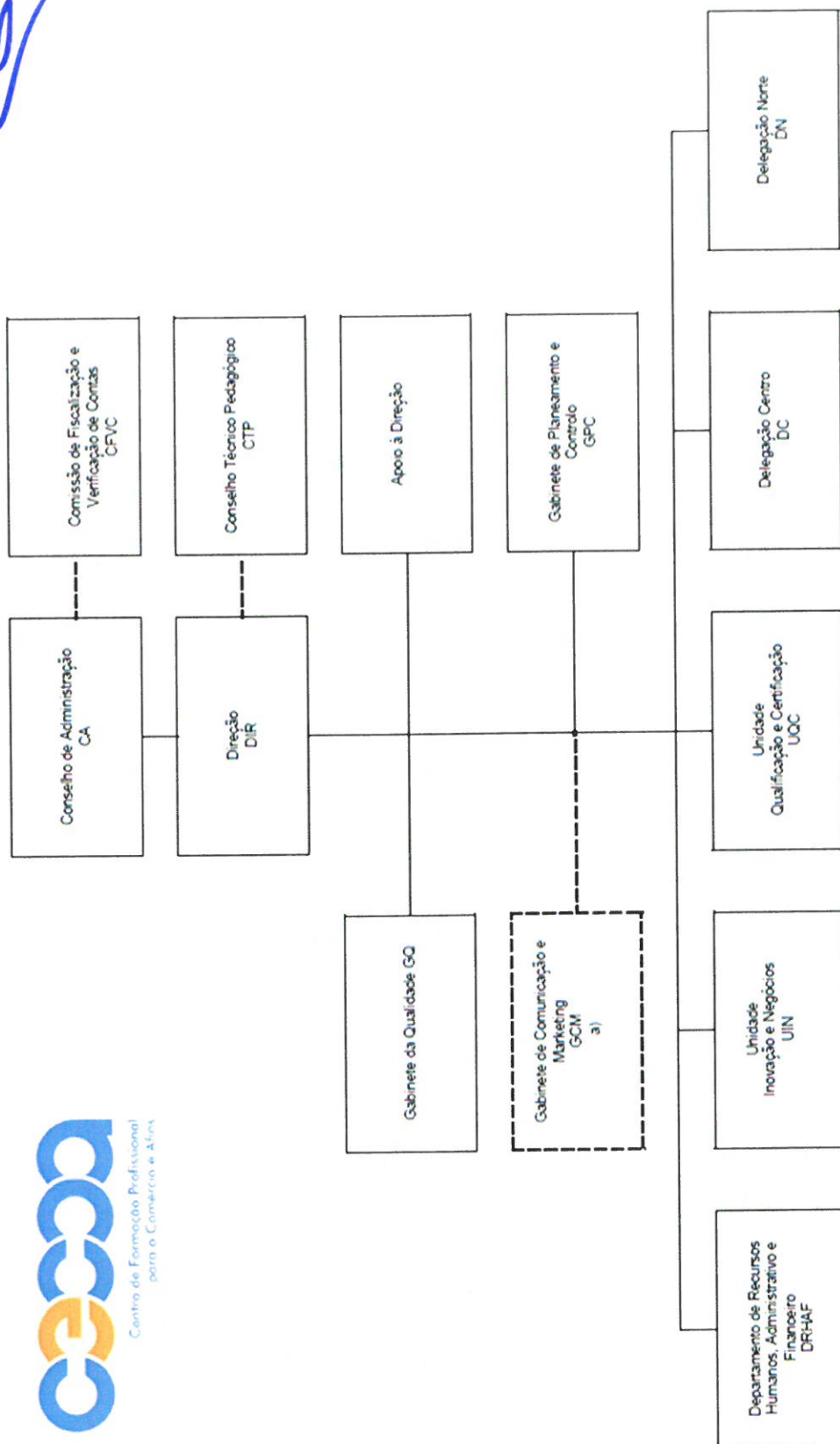
A atuação do CECOA tem-se destacado em:

- Ofertas formativas adequadas às necessidades do mercado;
- Contribuições para o Catálogo Nacional de Qualificações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Elaboração de estudos ao setor e de suporte à formação;
- Participação em projetos nacionais e internacionais de *I&D* e inovação, em cooperação e parceria;
- Serviços de consultoria e apoio técnico.

1.1.2.1. Estrutura organizacional:



Relativamente à estrutura organizacional do CECOA apresenta-se, em seguida, o respetivo organograma com a indicação das principais unidades orgânicas:



02/09/2021

a) Em outsourcing

Figura nº 1: Organograma

1.1/2.1. Recursos humanos:

Quanto à estrutura dos recursos humanos, a 31-12-2022 o quadro de pessoal do CECO A era composto por 38 trabalhadores – o mesmo número de efetivos face aos dados registados em 31-12-2020.

A distribuição do número de trabalhadores por grupo/cargo/carreira e modalidade de vinculação em 2022 e em 2021 é a da figura que se segue:

	a 31-12-2022								
Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação	CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente intermédio de 1º grau				1			0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau			1				1	0	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes				4			0	4	4
Técnico Superior	2	14			1		3	14	17
Assistente Técnico	2	13					2	13	15
Totais:							6	32	38

	a 31-12-2021								
Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação	CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		Total		Total		
	M	F	M	F	M	F			
Dirigente intermédio de 1º grau				1	0	1	1		
Dirigente intermédio de 2º grau			1		1	0	1		
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes				4	0	4	4		
Técnico Superior	2	14			2	14	16		
Assistente Técnico	2	13			2	13	15		
Totais:							5	32	37

1.1.2.2. Órgãos de gestão, de fiscalização, consultivos e outros:

Relativamente aos **órgãos de gestão** do CECO, a sua constituição em 2022 era a seguinte:

- **Conselho de Administração** – composto por 4 (quatro) membros:
 - Presidente: João Lourenço;
 - Vogais:
 - Ana Cristina Vieira;
 - Carlos Casimiro;
 - Luís Brás;
- **Direção Interina** – composto por 1 (um) membro:
 - Sílvia Coelho.

Quanto aos **órgãos de fiscalização**, a **Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas** é constituída por 2 (dois) membros:

- Presidente – Isabel Ferreira Mendes;
- Vogal – Mário Saramago Ferreira.

O **Conselho Técnico Pedagógico** é composto por 4 (quatro) membros:

- Clara Guerreiro;
- Maria Margarida Carvalho;
- Luísa Alves;
- Rui Antunes.

1.1.3. Período de relato em análise:

As demonstrações financeiras de 2022, apresentadas anteriormente, são demonstrações anuais, sendo o período de relato correspondente ao exercício económico de 2022.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras divulgadas anteriormente foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) – aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro – e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e do Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (portaria nº 218/2016 de 9 de agosto) considerados relevantes para o CECOA.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas, para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

1.2.1. Inexistência de derrogações de disposições do SNC-AP

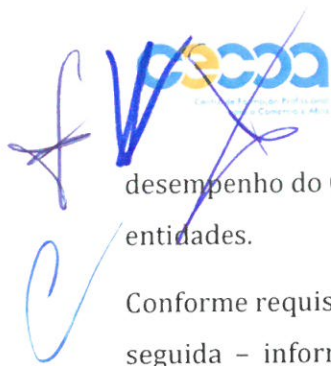
No decorrer do exercício económico de 2022 não ocorreram quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras apresentadas. Assim, não existe nenhuma NCP, relevante, que não tenha sido aplicada, nem existe a derrogação de requisitos de alguma NCP nas demonstrações financeiras apresentadas.

1.2.2. Comparabilidade

O SNC-AP passou a constituir a base da contabilização e reporte da informação contabilística do CECOA a partir de 2018, ano em que foi iniciada a sua aplicação. A data de transição para este novo referencial contabilístico foi o dia 1 de janeiro de 2018.

A contabilização, a mensuração, exposição e reporte dos efeitos financeiros das operações e outros acontecimentos efetuados em 2022 seguiu também o normativo já em utilização, possibilitando assim a comparabilidade de dados.

Desta forma, é possibilitado aos utentes a comparação das demonstrações financeiras do CECOA, ao longo do tempo, de forma a poderem identificar eventuais tendências na posição financeira e no



desempenho do Centro – e uma comparação também dos dados divulgados com os obtidos por outras entidades.

Conforme requisito da aplicação da característica qualitativa da comparabilidade, serão expostas – de seguida – informações relativas às principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos de tais alterações, para que os utentes da informação possam ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transações e outros acontecimentos semelhantes usado pelo CECO, de período para período, e entre diferentes entidades.

Por último cumpre ainda informar que não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior e que a prestação de contas cumpre os pressupostos exigidos quanto às características qualitativas das demonstrações financeiras.

A informação comparativa será, assim, incluída nos comentários, nas várias notas às demonstrações financeiras. A inclusão destes dados ocorrerá sempre que tal situação for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

1.2.3. Valores de caixa e depósitos bancários

Relativamente aos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a informação da desagregação dos saldos era a seguinte:

Unidade monetária: euro			
Conta	Descrição	31-12-2022	31-12-2021
111 Caixa		- €	- €
121 Depósito à ordem no Tesouro:			
12101 IGCP - Funcionamento - IBAN nº PT50078101120000000603702		12 626,16 €	8 559,83 €
12102 IGCP - Administração - IBAN nº PT50078101120000000632220		928,90 €	928,90 €
12104 IGCP - Projetos Europeus - IBAN nº PT50078101120000000632220		57 344,47 €	64 127,32 €
Total de caixa e depósitos:		70 899,53 €	73 616,05 €

Em ambos os períodos o saldo em caixa é de 0 €, dado no final de cada exercício económico o valor do saldo a 31 de dezembro ser depositado na conta do IGCP - “Funcionamento”.

Os valores referentes a depósitos bancários a 31-12-2022 compreendem, no seu saldo, quantias que transitaram de anos anteriores (correspondentes a uma grande parcela do valor total depositado).

Relativamente a montantes a executar somente em 2022 (Operações Extraorçamentais), os valores contabilizados são os seguintes:

Descrição	2022
Saldo extraorçamental	
Pagamento S. Social (ref.ª.: 2020)	- 111,80 €
Total -	111,80 €

O valor de 111,80 € é referente a um pagamento indevido de contribuições à Segurança Social, realizado no ano de 2020. A situação foi reportada aos serviços de Segurança Social – tendo sido solicitada a devolução do montante. Contudo, até à presente data, ainda não foi possível obter qualquer resposta para o processo.

1.2.4. Regime de prestação de contas

Ao abrigo do SNC-AP e Portaria nº 216/2016 o CECOIA encontra-se enquadrado no regime simplificado, não estando sujeito a Certificação Legal de Contas, não obstante, procede à contratação de serviços de Revisão de Contas obtendo um Relatório de Auditoria.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Quanto às políticas contabilísticas adotadas, as mesmas respeitam o disposto na portaria nº 218/2016, de 9 de agosto – a qual estabelece o regime simplificado do SNC-AP aplicável às entidades de menor dimensão e risco orçamental. As políticas contabilísticas utilizadas permitiram:

- A obtenção de informações relevantes para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores;
- A transmissão de informação fiável, para que as demonstrações financeiras:
 - Representem de forma fidedigna a posição e o desempenho financeiro do CECOA, assim como os respetivos fluxos de caixa;
 - Reflitam – para além da forma legal – a substância económica das transações, outros acontecimentos e condições;
 - Respeitem os princípios de neutralidade e da prudência e estejam completas em todos os aspetos materiais.

2.1. Bases de mensuração

Relativamente às bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, importa referir que as mesmas foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e a portaria nº 218/2016 de 9 de agosto (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, sendo apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e também a moeda de apresentação.

De seguida, apresentam-se as bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com indicação, para cada rubrica significativa de ativos e passivos, a base de mensuração inicial e subsequente utilizadas:

- 2.1.1. Ativos intangíveis:** os itens assim classificados encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo reconhecidos apenas no caso de ser provável que deles advenham benefícios económicos futuros, em que seja possível medir, razoavelmente, o seu valor e o CECOA possua o controlo sobre os mesmos;
- As **amortizações** são calculadas, após o ativo se encontrar disponível para uso, pelo método das quotas constantes (ou da linha reta), com imputação duodecimal e em

conformidade com o período de vida útil estimado no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento» (o qual substituiu a Portaria 671/2000);

2.1.2. Ativos fixos tangíveis: encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações:

- **Equipamento Básico, Equipamento Administrativo, Habitações e Edificações para os Serviços e Outros Ativos Fixos Tangíveis:** encontram-se registados e avaliados pelo custo histórico de aquisição;
- **Depreciações:** As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, sendo utilizado o método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada agregado de bens. Para o cálculo das depreciações são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens, as quais estão definidas no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento». No caso de existirem indícios de alteração da vida útil ou da quantia residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista de forma prospectiva, de modo a refletir as novas expectativas.

2.1.3. Ativos e passivos correntes:

- Um **ativo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
 - Espera-se que seja realizado, ou que esteja detido para venda/consumo, no decurso do ciclo operacional normal;
 - Espera-se que seja realizado dentro de 12 meses após a data de relato;
 - É caixa/equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca, ou uso, para regularizar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data de relato.
- Um **passivo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
 - A ocorrência da sua liquidação é espetável que ocorra no decurso do ciclo operacional normal;
 - Tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses, após a data de relato;

(Todos os outros ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não correntes);

2.1.4. Reconhecimento de rendimentos e gastos:

- **Rendimento de transações com contraprestação:** os rendimentos de transações com contraprestação resultam de venda de bens ou prestação de serviços a terceiros, ou outras entidades públicas, ou do uso por terceiros de ativos do CECOAF rendendo juros, *royalties*, dividendos e distribuições similares;
 - O rendimento proveniente da **venda de bens** apenas é reconhecido quando:
 - Os riscos e vantagens significativos da propriedade e controlo dos bens, tenham sido transferidos para o comprador;
 - Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos;
 - A quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada;
 - Seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluam para a entidade;
 - Os gastos suportados ou a suportar referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
 - No caso das **prestações de serviços**, quando a conclusão de uma transação puder ser estimada com fiabilidade, o rendimento associado à mesma é reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato, à data do relato (método da percentagem de acabamento);
- **Rendimento de transações sem contraprestação:** inclui impostos e transferências (sejam de caixa ou não), abrangendo as modalidades de transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada, em mercado, de empréstimos bonificados. A forma de reconhecimento dos rendimentos é a seguinte:
 - **Impostos:** reconhecidos quando o acontecimento tributável ocorrer (exceção: circunstâncias extraordinárias em que o reconhecimento pode ser posterior ao acontecimento tributável) e os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento tributável ocorrer são reconhecidos como passivo;

- **Transferências:** reconhecidas quando o acontecimento ocorrer. Os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento ocorrer são reconhecidos como passivo;

- **Receitas próprias faturáveis:** as receitas que têm por base a emissão de uma fatura (caso da formação e cedência de salas) o reconhecimento do rendimento ocorre no momento da emissão da mesma, sendo efetuado um ajustamento, no final do exercício. O ajustamento é feito nos casos em que o período de faturação não corresponde ao período efetivo da prestação de serviços de formação. Aí as receitas são reconhecidas na rubrica de "Proveitos diferidos".
- **Receitas próprias não faturáveis:** o reconhecimento do rendimento ocorre com o depósito da receita. Contudo, este reconhecimento não é efetuado, uma vez que o CECOA não dispõe deste tipo de receitas;
- **Orçamento do Estado e investimentos:** o valor do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como rendimento do exercício (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), no momento da sua entrada, por débito da conta do ativo "IGCP - Administração". A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida, no balanço, na rubrica de "Transferências e subsídios de capital" (património líquido), sendo transferida para rendimentos através da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação e amortização dos bens subsidiados;

2.1.5. Reconhecimento de gastos e perdas: os gastos e perdas são registados de acordo com o regime do acréscimo, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos;

2.1.6. Subsídios/transferências recebidos no âmbito e projetos liderados pelo CECOA, em cooperação com outras instituições: Sempre que o CECOA atua como entidade líder em projetos, em cooperação com outras Instituições, é da sua responsabilidade o pagamento, a essas instituições, dos subsídios atribuídos pelas entidades financiadoras, na quota-parte que estas têm no projeto. Em todas as circunstâncias em que o CECOA atua como entidade responsável pelo pagamento a terceiros de subsídios recebidos de outras entidades, essas operações, que constituem pura intermediação, apenas têm reflexo em rubricas de balanço;

2.1.7 **Enquadramento fiscal** – relativamente à aplicação do Imposto sobre o Rendimento, o CECO A é uma entidade à qual se aplica o regime geral de tributação, encontrando-se sujeito ao IRC.

2.2. Pressupostos e princípios subjacentes à preparação das divulgações da informação das demonstrações financeiras

2.2.1. Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras apresentadas anteriormente mostram, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do CECO A.

Representam igualmente – de forma fiel e de acordo com a definição e os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP – os efeitos das transações e de outros acontecimentos e condições.

2.2.2. Informação comparativa

Relativamente à questão da comparabilidade – e não obstante ao referido anteriormente – sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior, para grande parte das quantias relatas nas demonstrações financeiras.

O CECO A adotou políticas contabilísticas de maneira consistente ao longo do tempo (relacionadas também com o princípio de continuidade descrito posteriormente). Nos casos em que são efetuadas alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item, ou classe de itens, que tenha sido reclassificada;
- c) A razão para a reclassificação.

2.2.3. Consistência de apresentação

De forma a poder proporcionar informação fiável e relevante para os utentes das demonstrações financeiras – e não contrariando o referido anteriormente, acerca da questão da comparabilidade – sempre que possível as demonstrações financeiras mantêm a consistência de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes deram origem. Excetuam-se os casos em que ocorrem alterações significativas na natureza. Estas situações estão devidamente identificadas e justificadas ao longo deste anexo (caso se aplique).

2.2.4. Materialidade e agregação

A natureza e a materialidade afetam a relevância da informação, pelo que cada classe material de itens semelhantes e contas principais são apresentadas individualmente, nas demonstrações financeiras, de acordo com a sua natureza ou função. Os itens de natureza, ou função, diferentes são apresentados em separado – salvo nos casos em que os valores respetivos se afiguram imateriais.

2.2.5. Compensação

Dada a importância do relato individualizado dos ativos e passivos, dos gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto nos casos em que o mesmo é exigido por uma NCP (Norma de Contabilidade Pública). Quer os ativos e passivos, quer os gastos e rendimentos foram relatados separadamente.

2.2.6. Continuidade

Relativamente a este pressuposto, com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o CECOA avaliou a sua capacidade de prosseguir, em continuidade, aquando da preparação das demonstrações financeiras em análise. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas na base da continuidade, uma vez que o CECOA continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não há a intenção, nem a necessidade de liquidar, ou de reduzir, consideravelmente o nível das suas atividades.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas pressupondo:

- A continuidade da atividade do CECOA;
- A informação contabilística retirada dos livros e registos contabilísticos do CECOA, os quais são elaborados tendo em conta os princípios contabilísticos vigentes e aceites em Portugal.

Na análise efetuada não foram detetados riscos significativos que possam levar, durante o ano financeiro seguinte, ao ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, não sendo espectável a ocorrência de situações que venham a afetar a continuidade do CECOA, de algum dos seus departamentos, ou o comprometimento de alguma das suas fontes de financiamento.

Dada a natureza jurídica do Centro, não estão previstas quaisquer consequências relativas ao seu funcionamento, ou à sua continuidade futura, provocadas pela pandemia COVID 19.

Na publicação das demonstrações financeiras do período em análise são considerados os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e dos passivos (caso existam). Nos casos em que os valores desses eventos são significativos, os mesmos são objeto de divulgação no presente anexo às demonstrações financeiras de 2022.

2.5. Principais julgamentos e estimativas sujeitas a maior risco

Não se prevê que possa haver nenhuma imparidade e a vida útil do património reflete a realidade do seu estado.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

O CECOIA não detém quaisquer ativos intangíveis gerados internamente. Relativamente aos ativos intangíveis detidos, os mesmos foram valorizados ao custo de aquisição (IVA incluído, dado o mesmo não conferir direito à dedução).

Nos casos em que os respetivos elementos têm uma vida útil limitada, os mesmos ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período. As amortizações foram calculadas com base nas taxas e regras do Anexo III referido no artigo 2º do decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro (PCM – Plano de Contas Multidimensional).

3.1.1. Vidas úteis ou taxas de amortização

Para o cálculo dos períodos de vida útil dos ativos intangíveis e das respetivas taxas de amortização aplicadas é considerado o exposto no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional (Anexo III ao decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro).

Para cada elemento que compõe o ativo intangível do CECOIA foi criada uma ficha de Cadastro – a qual tem informação atualizada à data do relato – e nas quais consta, entre outros dados, a respetiva vida útil – ou taxa de amortização – e a quantia escriturada líquida desse ativo.

3.1.2. Métodos de amortização

Para a amortização dos ativos intangíveis foi utilizado o método de amortização das quotas constantes – também designado como método da linha reta.

3.1.3. Quantia bruta escriturada no início e no final do período

Relativamente à quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como às respetivas amortizações acumuladas e às perdas por imparidade acumuladas, os valores apurados no decurso do exercício económico concluído em 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

3.1.4. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	[1]	[2]	[3]	[4]=[1]-[2]-[3]	[5]	[6]	[7]	[8]=[5]-[6]-[7]
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	516 692,99	492 311,53	0,00	24 381,46	523 978,33	506 442,50	0,00	17 535,83
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total:	516 692,99	492 311,53	0,00	24 381,46	523 978,33	506 442,50	0,00	17 535,83

Os «Gastos/reversões de depreciação e amortização» respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza apresentada anteriormente.

3.1.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

As variações das quantias escrituradas que tiveram lugar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]+[9]
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	24 381,46	7 285,34					-14 130,97			17 535,83
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total:	24 381,46	7 285,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 130,97	0,00	0,00	17 535,83

Quanto aos valores apresentados na coluna 10, importa referir que não há quantias de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e quantias de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

3.1.6. Ativos intangíveis - adições

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									Total [10]=[1]+[2]+[3]+[4]+ [5]+[6]+[7]+[8]+[9]
	Internas [1]	Compra [2]	Cessão [3]	Transferência ou troca [4]	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado [5]	Doação em pagamento [6]	Locação financeira [7]	Fusão, cisão, reestruturação [8]	Outras [9]	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										0,00
Goodwill										0,00
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação		7 285,34								7 285,34
Propriedade industrial e intelectual										0,00
Outros										0,00
Ativos intangíveis em curso										0,00
Total:	0,00	7 285,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 285,34

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

3.2.1. Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o CECOIA detinha os seguintes ativos intangíveis que, individualmente, se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras:

Descrição	Quantia escriturada	Período amortização remanescente	Ativo líquido 31-12-2022	Ativo líquido 31-12-2021
Plataforma de fatura Eletrónica - Setup Inicial	1 353,47	8 meses	1 353,47	3 382,77
4 Adobe TLP Education Acrobat Pro + Portuguese Multiple Platforms	1 204,23	2 anos e 9 meses	1 204,23	0,00
Aquisição e implementação do Add-on CCP - Controlo de Limites Legais	1 146,25	11 meses	1 146,25	2 396,30
Licenças Microsoft Office Professional 2019 SNGL OLP B Acdmc Português - Volume Educação	3 370,63	11 meses	3 370,63	7 046,49
Licença Microsoft Office LTSC Professional Plus 2021 EDU (42 Unidades)	4 465,01	2 anos e 11 meses	4 465,01	0,00
Licenças Office ProPlus 2019-35 Und	1 984,03	1 ano e 9 meses	1 984,03	3 117,57
Licenças Microsoft SQL Server Standard 2 Core-4 Und	2 379,40	1 anos e 9 meses	2 379,40	3 738,82
Total:	15 903,02		15 903,02	19 681,95

Ainda em relação aos ativos intangíveis materialmente relevantes há a referir que existem 214 artigos que se encontram totalmente depreciados e cujo valor bruto é de 470 828,28 €. O número de artigos com valor inferior a 100 € e que se encontram totalmente depreciados é de 493.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os ativos tangíveis e intangíveis foram valorizados ao custo de aquisição (IVA incluído, dado o mesmo não conferir direito à dedução).

Nos casos em que os respetivos elementos têm uma vida útil limitada, os mesmos ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período. As amortizações foram calculadas com base nas taxas e regras do Anexo III referido no art.º 2º do decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro (PCM – Plano de Contas Multidimensional).

5.1.1. Bases de mensuração para determinação da quantia escriturada bruta

O registo dos ativos fixos tangíveis – cujas aquisições ocorreram até 01-01-2018 – foram registados tendo em conta o respetivo custo de aquisição – deduzido das depreciações – e conforme os princípios contabilísticos vigentes e aceites àquela data (§ 18 a 20 da NCP 5).

Os ativos fixos tangíveis cuja aquisição ocorreu após 01-01-2018 foram registados ao custo de aquisição líquido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas (se aplicáveis).

Estão incluídos na categoria de custos de aquisição: o custo de compra, outros custos diretamente relacionados com as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e na operacionalidade pretendida, assim como, a estimativa inicial dos custos (espectáveis) de desmantelamento/remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização.

O processo de inclusão dos custos posteriores na quantia escriturada do bem – ou o seu reconhecimento enquanto ativos separados, conforme apropriado – apenas é efetuado quando, previsivelmente, se considere que os benefícios económicos futuros fluirão para o CECO e o custo

possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento, como gastos, dos custos com manutenção e de reparação ocorre no período em que os mesmos têm lugar.

5.1.2.Método de depreciação usado

O método de depreciação utilizado para os ativos fixos intangíveis é o método da linha reta, de acordo com o período de vida útil máximo publicado no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). As depreciações são calculadas, após a data em que os bens ficam disponíveis para utilização.

As despesas de conservação e de reparação que não aumentem a vida útil dos ativos tangíveis, nem resultem de benfeitorias, ou melhorias, significativas foram consideradas e registadas como gastos do período.

5.1.3.Vidas úteis ou taxas de depreciação

Foram atualizadas, à data do relato, as informações das fichas de cadastro de cada elemento do ativo fixo tangível. As informações registadas incluem, entre outras, a respetiva vida útil, ou taxa de depreciação, bem como a quantia escriturada líquida.

5.1.4.Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas ocorridas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	[1]	[2]	[3]	[4]=[1]-[2]-[3]	[5]	[6]	[7]	[8]=[5]-[6]-[7]
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público em curso								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	103 623,74	102 336,00		1 287,74	103 623,74	102 346,10		1 277,64
Equipamento básico	494 851,81	398 924,22		95 927,59	635 825,35	430 378,95		205 446,40
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Equipamento administrativo	571 243,02	512 783,25		58 459,77	607 977,34	534 895,19		73 082,15
Equipamentos biológicos				0,00				
Outros ativos fixos tangíveis	125 304,57	109 463,74		15 840,83	129 403,85	113 814,50		15 589,35
Ativos fixos tangíveis em curso								
	1 295 023,14	1 123 507,21	0,00	171 515,93	1 476 830,28	1 181 434,74	0,00	295 395,54
Total:	1 295 023,14	1 123 507,21	0,00	171 515,93	1 476 830,28	1 181 434,74	0,00	295 395,54

5.1.5. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10] = [1] + [2] + [3] + [4] + [5] + [6] + [7] + [8] + [9]
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Outros bens de domínio público em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	1 287,74	0,00					-10,10			1 277,64
Equipamento básico	95 927,59	149 936,45					-40 417,64			205 446,40
Equipamento de transporte	0,00	0,00					0,00			0,00
Equipamento administrativo	58 459,77	37 508,72					-22 886,34			73 082,15
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00			0,00
Outros ativos fixos tangíveis	15 840,83	4 144,27					-4 395,75			15 589,35
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00					0,00			0,00
	171 515,93	191 589,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-67 709,83	0,00	0,00	295 395,54
Total:	171 515,93	191 589,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-67 709,83	0,00	0,00	295 395,54

5.1.6. Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições à rubrica de ativos fixos tangíveis:

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação herança legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]+[9]+[10]
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Outros bens de domínio público em curso											
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico		149 936,45									149 936,45
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo		37 508,72									37 508,72
Equipamentos biológicos											
Outros ativos fixos tangíveis		4 144,27									4 144,27
Ativos fixos tangíveis em curso											
	-	191 589,44	-	-	-	-	-	-	-	-	191 589,44
Total:	-	191 589,44	-	-	-	-	-	-	-	-	191 589,44

5.1.7. Ativos fixos tangíveis - diminuições

Os valores das diminuições são considerados na coluna 5 do quadro seguinte, correspondendo a valores de bens abatidos, mas ainda com saldo.

Durante o ano de 2022 não ocorreram diminuições nos ativos fixos tangíveis ainda com quantia escriturada.

Foram realizados quatro abates de ativos fixos tangíveis no valor de aquisição de 9 782,30 € completamente amortizados.

5.6. Outras divulgações

5.6.1. Quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso

A 31 de dezembro de 2022, o CECOA detinha ativos fixos tangíveis, em uso, já totalmente depreciados, nas seguintes rubricas:

Classe	Designação	Valor de aquisição
Ativos Fixos Tangíveis		
432	Edifícios e outras construções	102 116,75
433	Equipamento básico	370 990,73
435	Equipamento administrativo	488 514,25
437	Outros ativos fixos tangíveis	98 664,98

Total: 1 060 286,71

Os artigos totalmente amortizados ascendem a 3 282 e totalizam 1 050 504,41 €.

No decorrer da análise dos bens registados em ativo fixo tangível, com valores de aquisição inferiores a 100,00 €, foram identificados 446 artigos, no valor total de 9 957,74 € (representando artigos ainda com quantia escriturada).

Como os mesmos critérios, mas totalmente depreciados, foram identificados 1 853 artigos, com um valor bruto de 71 342,91 €.

Após avaliação, entendeu-se manter os mesmos, justificando-se esta decisão de manutenção de bens totalmente depreciados pelo facto de ainda estarem em uso e em perfeito estado de conservação.

5.6.2. Ativos fixos tangíveis materialmente relevantes

Os ativos fixos tangíveis detidos pelo CECOA a 31 de dezembro de 2022 que, individualmente, se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras são os seguintes:

Descrição	Quantia escriturada
Firewall Sonicwall NSA 2700	8 382,39
Servidor Dell PowerEdge R750	7 802,55
Impressora Multifunções Bizhub C450i - Del Norte	5 850,68
Impressora Multifunções BizHub 558e - Sede	4 429,05
Servidor Dell Power Edge R740 Server	3 011,94

Total: 29 476,61

6. LOCAÇÕES

6.2. Locações operacionais - locatários

Na qualidade de locatário – e tendo como referência o dia 31 de dezembro de 2022 – o CECOA mantinha os seguintes bens em regime de locação operacional:

BENS LOCADOS [1]	Valor do contrato [2]	Pagamentos efetuados acumulados [3]				Futuros pagamentos mínimos [4]				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos [5]
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes					
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE Viatura AA-05-OB	9 583,26		3 475,76		9 436,73	146,53	0,00	0,00	146,53	
Total:	9 583,26		3 475,76		9 436,73	146,53	0,00	0,00	146,53	

6.2.1. Descrição dos acordos de locação operacional significativos

Intervindo na qualidade de locatário – e reportando a 31 de dezembro de 2022 – os acordos de locação operacional em vigor, em que o CECOA era locatário eram os seguintes:

Nº contrato	Locadora	Bem locado	Data início	Data fim	Termos renovação	Opções de compra	Cláusulas de escalonamento	Restrições
94558	LOCARENT - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	Viatura AA-05-OB	16/04/2020	16/01/2023	Sem renovação	Sem opção de compra		

Para além do equipamento de transporte supracitado, importa referir as rendas pagas pelo Centro, relativamente às instalações das Delegações:

Nº contrato	Locadora	Bem locado	Data início	Data fim	Termos renovação	Opções de compra	Cláusulas de escalonamento	Restrições	Renda mensal
Escritura de 28-09-1992 fls. 51 do Livro 324-B; Escritura de 16-02-1993; fls 58 do Livro 331-A; Escritura de 14-03-1995 a fls. 17 do Livro 361-B (2º Cartório da Secretaria Notarial de Coimbra) Aditamento de 01-03-2011	José do Patrocínio Tavares e Maria Isabel Alves da Fonseca Tavares	Instalações da Delegação de Coimbra	28/09/1992	-	Automática	Sem opção de compra	Sem cláusulas de escalonamento	Sem restrições	4 660,20 €
Escritura de 06-01-1997 a fls. 30v do Livro 177-E do 17º Cartório Notarial de Lisboa Acordo de 01-04-2011	António Maria Carvalhal Teixeira e Maria do Carmo Costa Gonçalves Teixeira	Instalações da Delegação Norte	06/01/1997	-	Automática	Sem opção de compra	Sem cláusulas de escalonamento	Sem restrições	4 177,10 €
Contrato Inicial de 10-09-2012 (Senhorio: Obra Diocesana de Promoção Social) Carta de notificação de transmissão de posição contratual para o atual locador de 09-10-2019	Ecclesialis - Gestão Diocesana, Unip., Lda.	Salas anexas à Delegação Norte	01/11/2019	-	Automática	Sem opção de compra	Sem cláusulas de escalonamento	Sem restrições	435,70 €

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

13.1. a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

A NCP 13 define o conceito de rendimento e exige que o mesmo seja mensurado pelo justo valor da retribuição recebida, ou a receber, tendo em conta a quantia de quaisquer descontos comerciais e descontos de quantidade concedidos pela entidade.

Assim, relativamente às várias categorias de rendimentos de transações com contraprestação, os mesmos são reconhecidos da seguinte forma:

- As **vendas** são reconhecidas quando:
 - a. os riscos e os benefícios relacionados com a posse dos ativos são transferidos para o comprador;
 - b. Na altura em que deixa de existir um envolvimento continuado de gestão do CECO, com grau associado à posse;
 - c. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente qualificado e seja provável que, relativamente à transação, os benefícios económicos fluam para o CECO e os custos incorridos, ou a incorrer, possam ser fiavelmente mensurados.
- O reconhecimento das **prestações de serviços** é evidenciado na demonstração de resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços, à data do balanço.

Importa ainda referir que – em virtude da pandemia – não há comparabilidade ou outro motivo que explique a variação.

13.1.b. Divulgação das classes de rendimentos com contraprestação

Os rendimentos reconhecidos em 2022 e 2021 foram repartidos pelas seguintes categorias:

Tipo de transação com contraprestação [1]	Rendimento do período reconhecido 2022 [2]	2021 [3]
Vendas de Bens Manuais e emissão de certificados	0,00 0,00	0,00 0,00
Prestações de serviços Formação à medida	60 040,00 60 040,00	16 098,75 16 098,75
Reversões	0,00 0,00	0,00 0,00
Outros rendimentos e ganhos Arrendamento de Espaços Outros	523,50 688,69 1 212,19	279,00 653,11 932,11
Juros, royalties, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 0,00	0,00 0,00
Total:	61 252,19	17 030,86

De acordo com a alínea c) do ponto 13.1. da NCP 1, há a referir que não existiu qualquer quantia de rendimento que seja proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento.

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Para dar cumprimento ao exigido nas notas 14.1. a 14.3. (Anexo – NCP 1), e em acréscimo à informação já divulgada através das demonstrações financeiras do período em análise, apresentam-se os comentários abaixo.

14.1. b. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

A desagregação, na demonstração de resultados, dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Tipo de transação sem contraprestação [1]	Rendimento do período reconhecido em [2]		Quantias por receber [3]		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos:					
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências:					
Transferências sem condição					
Transferências com condição	2418648,46				
Subsídios:					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição		81 840,80			
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL:	2 418 648,46	81 840,80	0,00	0,00	0,00

Entidade	2021	2020
IEFP, IP	2 500 489,26	2 395 440,27
Total:	2 500 489,26	2 395 440,27

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O CECO A não tem quaisquer processos enquadráveis na tipologia de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Dando cumprimento disposto no ponto 17.1. da NCP 1, informa-se que as demonstrações financeiras em análise foram autorizadas, para emissão, a 20/03/2023 pelo Conselho de Administração do CECO A.

Conforme estipulado na nota 17.2. da NCP 1 mais se declara que o CECO A não recebeu informações – após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão – relativamente a condições que existissem – à data de relato – pelo que não foi necessário proceder a

qualquer atualização ou ajustamento das divulgações que se relacionam com essas situações, à luz das novas informações e considerando os respetivos impactos.

Para o exercício findo em 31-12-2022 não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes à data do relato que, não dando lugar a ajustamentos, sejam materialmente relevantes para a informação prestada aos utilizadores e que tenham, assim, impacto significativo nas Demonstrações Financeiras do período em análise (conforme informação exigida pela nota 17.3. da NCP 1).

Com exceção da continuação da pandemia cujos efeitos já foram desenvolvidos no relatório, depois do encerramento do período contabilístico ora reportado, e até à elaboração do presente anexo às demonstrações financeiras, não se registaram outros factos que possam levar à modificação da situação relevada nas contas já elaboradas e apresentadas anteriormente.

Para o cálculo das remunerações a liquidar, já foi tido em conta o aumento salarial ocorrido em Janeiro de 2023.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. ATIVOS FINANCEIROS

18.1.1. Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica «Clientes, contribuintes e Utentes» era composta pelos seguintes valores (desagregados):

Clientes e utentes C/C	Valor a 31-12-2022	Valor a 31-12-2021
21110678 - Kerigma	1 438,50	
21110676 - Ediclube	1 065,00	
21111052 - Axianseu	1 056,00	
21112072 - ACEPI - Associação Economia Digital de Portugal		2 700,00
21111681 - Raquel Aparecida Resende Lacerda		369,00
21112081 - ACEPI - Associação Economia Digital de Portugal		640,00
21111151 - Moinho da Juventude	3 023,00	
21111993 - Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal		
2111xxx - Outros de baixo valor	3 284,03	-6,00
Total:	9 866,53	3 703,00

Importa referir que os montantes contabilizados são expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Os valores globais a receber referentes ao ano de 2022 aumentaram – comparativamente aos observados no ano de 2021. Esta situação justifica-se pelo aumento significativo da atividade.

Referência apenas para a manutenção do saldo de “Raquel Lacerda”, o qual permanece inalterado (o processo ainda está a decorrer).

18.1.2. Diferimentos (ativo)

À data de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica «Diferimentos» era constituída pelos seguintes valores:

Diferimentos	Valor a 31-12-2022	Valor a 31-12-2021
2819 - Outros Gastos Diferidos		
Rendas	9 356,54	8 837,30
Seguros	1 348,81	1 818,43
Publicidade	9 840,00	23 880,65
Licenças informática	16 907,03	8 045,54
Inventário	21 053,50	21 872,69
Serviços postais	2 921,05	2 058,21
Total:	61 426,93	66 512,82

Os valores considerados nesta rubrica são referentes ao diferimento de despesas cujo pagamento decorreu no ano n , mas cuja execução irá decorrer no ano $n+1$. Os valores referem-se, na sua maioria, a seguros, rendas e alugueres, prestação de serviços postais e publicidade.

Relativamente à rubrica de Inventários, a mesma integra material administrativo que foi contado no final do ano.

18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

18.2.1. Fornecedores

Relativamente à rubrica de fornecedores, tendo como base os valores dos saldos registados a 31 de dezembro de 2022 e em 2021 – os mesmos são desagregados da seguinte forma:

Importa referir que os montantes contabilizados são expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Fornecedores	Valor a 31-12-2022	Valor a 31-12-2021
22110227 - MEO	653,77	
22110108 - EDP	810,70	
22110959 - Print & Cut	3 019,65	
22111020 - InovFlow	885,60	
22111037 - Linkcom	6 119,25	
22110112 - EPAL	255,21	
Total:	11 744,18	0,00

O facto de a rubrica fornecedores conter valores cuja liquidação do pagamento estava pendente a 31-12-2022, está relacionado com a emissão e entrega tardia ao CECO (nos últimos dias do ano de referência) das faturas, por parte das entidades referenciadas.

Dados os prazos para a realização das estimativas internas de pagamentos a realizar e as condicionantes temporais para poderem ser emitidas, validadas e processadas as ordens de pagamento e as datas de receção das faturas, não foi possível proceder aos respetivos pagamentos pelos nossos serviços.

De referir ainda que nenhum dos valores apresentados corresponde a dívidas cujo período de pagamento ultrapasse 90 dias, pelo que o CECO não tem, no decorrer da sua execução orçamental, registo de quaisquer atrasos nos pagamentos (conforme definição de «pagamentos em atraso constante no art.º 3º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas).

18.2.2. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» era constituída pelos seguintes valores:

Estado e Outros Entes Públicos	Valor a 31-12-2022	Valor a 31-12-2021
242 - Retenção de impostos sobre rendimentos	77,50	0,00
243 - Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 018,33	53,82
245 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	897,87	890,29
Total:	1 993,70	944,11

Os valores cujo saldo credor constava na rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» foram liquidados no início do ano 2023. De referir que os mesmos respeitam a contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Segurança Social/ADSE). Nesta rubrica estão incluídos valores de pagamentos a efetuar à CGA e FCT e FGCT, referentes a contribuições do mês de dezembro do próprio ano. O pagamento não foi efetuado dadas questões técnicas das entidades a quem são devidas as contribuições, questões estas que impediram a emissão de nota de liquidação e o respetivo pagamento dos valores no próprio mês tendo, em consequência, sido liquidados no início do ano seguinte.

18.2.3. Outras contas a pagar

A rubrica de «Outras Contas a Pagar» era composta – a 31 de dezembro de 2022 – pelos seguintes montantes:

Outras contas a pagar	Valor a 31-12-2022
27221 - Remunerações a liquidar (Especialização de Férias e Subsídio Férias)	152 984,54
27229 - Outros Acréscimos de Gastos	2 459,29
Total:	155 443,83

Os valores a pagar de férias e subsídio de férias foram apurados com base nos vencimentos atualizados após aumento ocorrido em janeiro de 2023 e de acordo com a legislação em vigor.

Trata-se de valores que se afiguram como um custo para o exercício económico do ano n , muito embora o seu pagamento só seja legalmente devido – e efetuado – no decurso do ano subsequente.

18.2.4. Diferimentos (Passivo)

Considerando as datas de reporte de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a composição das rubricas de «Diferimentos» era a seguinte:

Os valores apresentados relacionam-se com os recebimentos provenientes de projetos comunitários. No início da execução dos projetos, os valores recebidos são contabilizados na conta atribuída ao projeto. Posteriormente são diferidos, sendo especializados em proveitos no mesmo ritmo da execução da despesa.

Diferimentos	30-12-2022	31-12-2021	01-01-2020
2829 - Outros Redimentos a Reconhecer	17035,15	42 465,06	18 915,76
Total:	17 035,15	42 465,06	18 915,76

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS/GASTOS DE PESSOAL

Consideram-se como benefícios dos empregados todas as formas de retribuição que o CECOA fez aos seus trabalhadores, como contrapartida dos serviços que estes lhe prestaram durante o exercício de 2022.

Relativamente às várias tipologias de benefícios há a referir que não foram verificados quaisquer movimentos de:

- **Benefícios pós-emprego;**
- **Outros benefícios de longo prazo**, tais como licenças sabáticas e outras ausências de longo prazo remuneradas, benefícios por incapacidade de longo prazo, gratificações de desempenho;
- **Benefícios pela cessação de emprego**, tais como ofertas a trabalhadores para cessar emprego antes da data normal da reforma – sem possibilidade de retirada de oferta – reestruturação das atividades que impliquem o pagamento de benefícios por cessação de emprego.

Quanto aos **Benefícios de curto prazo**:

- Nesta categoria, o CECOA pagou aos seus trabalhadores os respetivos salários (incluindo férias e subsídios de férias), subsídio de refeição, assim como alguns complementos (Abono para Falhas, Isenção de Horário e Despesas de Representação – pagos em função da situação contratual);
- Nos casos em que ocorreram baixas médicas, as mesmas foram pagas pelos respetivos sistemas de proteção social;
- Não foram atribuídas, nem pagas, quaisquer gratificações/prémios de desempenho;
- Quanto aos benefícios em espécie – tais como cuidados médicos, alojamento, automóvel e telemóvel – importa salientar que os benefícios que foram atribuídos em 2022 foram os seguintes:
 - Todos os trabalhadores do Centro usufruíram de um Seguro de Saúde, o qual, também permitiu (nos casos em que o trabalhador assim o entendeu) a extensão das condições em vigor para eventuais familiares diretos, cônjuges, ou membros dos órgãos sociais interessados em beneficiar, a título particular, das condições atualmente contratadas pelo CECOA, sendo que a liquidação dos prémios referentes a estas situações é sempre cobrada aos próprios;
 - Dada a distância física entre a Sede e as Delegações, a qual obriga a uma maior disponibilidade para efetuar contactos urgentes através de telemóvel e também a

necessidade de estar contactável e fazer contactos mesmo estando fora das instalações, encontram-se atribuídos telemóveis à Diretora Interina e às Coordenadoras das Delegações, assim como um dispositivo de *internet* móvel afeto habitualmente à Diretora e que serve as necessidades globais do Centro sempre que é necessário utilizar *internet* móvel fora das instalações do Centro (reuniões, seminários, feiras, entre outros).

- A regra é que os benefícios sejam liquidados de imediato, após a prestação do serviço, ou no prazo de um ano após a data de relato. O reconhecimento destas responsabilidades do CECO A é relativamente simples, pois o seu apuramento é linear e é feito por quantias nominais.
- Os passivos reconhecidos são eliminados na data do pagamento aos empregados e às entidades credoras das retenções.

Na figura seguinte consta o detalhe dos valores apurados relativos aos gastos de pessoal:

Designação	2022	2021
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		
Órgãos sociais	42 011,79 €	40 928,80 €
Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual trabalho	648 653,78 €	649 640,18 €
Pessoal contratado a termo	9 268,90 €	- €
Despesas de Representação	14 853,47 €	14 033,66 €
Subsídio de refeição	51 912,00 €	52 932,60 €
	766 699,94 €	757 535,24 €
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		
Subsídio de Férias	60 511,95 €	58 008,49 €
Subsídio de Natal	55 973,51 €	55 144,54 €
	116 485,46 €	113 153,03 €
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		
Ajudas de custo	2 466,46 €	1 376,10 €
Abono para falhas	942,92 €	934,01 €
	3 409,38 €	2 310,11 €
CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES DE PROTEÇÃO SOCIAL		
Contribuições para a CGA		
Contribuições para a Segurança Social	188 626,94 €	185 827,23 €
Fundo de Compensação e de Compensação do Trabalho	62,50 €	50,30 €
	188 689,44 €	185 877,53 €
SEGURO - ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		
	7 097,90 €	7 041,29 €
SEGURO DE SAÚDE		
	16 173,14 €	15 433,50 €
TOTAL	1 098 555,26 €	1 081 350,70 €

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O CECO A configura-se como um organismo dotado de personalidade jurídica enquanto pessoa coletiva de direito público, sem fins lucrativos, que detém autonomia administrativa, financeira e patrimonial no desenvolvimento da sua atividade, estando sob a tutela do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

20.1. Divulgação de controlo

Tendo em conta as entidades signatárias do protocolo de criação, consideram-se como partes relacionadas com poder de controlo e influência no CECO A:

Tipo de Interesse	Nome	Contribuinte
1º outorgante - Protocolo de Criação do CECO A	IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501442600
2º outorgante - Protocolo de Criação do CECO A	CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	500948089

Tal como estabelecido no protocolo de criação – e também detalhado anteriormente nos pontos «1.1.2.1. Estrutura organizacional» e «1.1.2.2. Órgãos de gestão, de fiscalização, consultivos e outros», a estrutura orgânica do Centro é constituída por:

- **Conselho de Administração** – composto por quatro membros efetivos, todos com direito a voto quando em exercício efetivo de funções, dois dos quais em representação do IEFP e os outros dois em representação da CCP, com mandatos de três anos, sendo nomeados e exonerados por proposta das entidades que representam. A presidência do Conselho de Administração cabe sempre a um membro representante do IEFP;
- **Diretor** – nomeado e exonerado sob proposta do IEFP e CCP, após audição do Conselho de Administração. Atualmente não existe uma nomeação para o cargo, estando em funções uma direção interina;
- **Conselho Técnico-Pedagógico** – constituído por cinco membros: o diretor do Centro e dois representantes do IEFP e da CCP;
- **Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas** – constituída por dois membros nomeados pelo IEFP e CCP.

Conforme descrito no protocolo de criação, as despesas com instalações e equipamento são suportadas pelo IEFP, I.P. Quanto às despesas de funcionamento, cabe ao IEFP, I.P. a comparticipação máxima de 95% – efetivadas por transferências regulares – sendo o remanescente coberto por receita própria

gerada, transferências de fundos da União Europeia e pela comparticipação da CCP (sendo a comparticipação nunca inferior a 30% do valor remanescente).

As duas entidades referidas anteriormente participam nas decisões financeiras e operacionais, através de representação no órgão de gestão.

De referir ainda que não existem entidades que sejam direta ou indiretamente controladas pelo CECO.A.

20.2. Divulgação de transações entre partes relacionadas

A divulgação das transações entre partes relacionadas, dos termos e condições em que as mesmas ocorreram e do relacionamento subjacente a essas transações, é necessária para efeitos de responsabilização pela prestação de contas, permitindo que os utilizadores compreendam melhor as demonstrações financeiras do CECO.A e também que possam avaliar o impacto dessas transações na posição financeira e no desempenho do Centro e a sua capacidade em prestar os serviços acordados.

Esta divulgação também assegura a transparência dos negócios realizados com as partes relacionadas.

Considerando «transação com parte relacionada» a transferência de recursos ou obrigações entre partes relacionadas – independentemente de ser, ou não, cobrado um preço e excluindo transações com qualquer outra entidade que seja uma parte relacionada apenas devido à sua dependência económica da entidade que relata ou da entidade pública de que faz parte – e reportando ao ano de 2022, as transações ocorridas são as que constam na figura seguinte:

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Tipo de Transação / Participação no Orçamento	Valor
IEFP, I.P.	Entidade controladora (1º outorgante)	Orçamento de Funcionamento	2 418 648,00 €
IEFP, I.P.	Entidade controladora (1º outorgante)	Orçamento de Investimento/Capital	57 372,00 €
IEFP, I.P.	Entidade controladora (1º outorgante)	Orçt.º de Investimento/Capital PRR	141 503,00 €
Total			2 617 523,00 €

20.3. Pessoas chave da gestão

Consideram-se como pessoas chave da gestão:

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
www.cecoa.pt

- Todos os dirigentes/membros dos órgãos de gestão do CECOA;
- Outras pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades, incluindo:
 - Os membros do órgão de gestão com autoridade e responsabilidade de planear, dirigir e controlar as atividades – o que inclui também o grupo de gestão de topo e o dirigente executivo principal;
 - Quaisquer conselheiros importantes desses membros.

As pessoas chave da gestão do CECOA são responsáveis pela sua direção estratégica e gestão operacional, sendo-lhes, por isso, confiada uma autoridade significativa.

As suas retribuições, gratificações e senhas de presença têm como referencial as diretivas do IEF, I.P., sendo o cálculo dos valores em vigor resultante da conjugação de vários diplomas legais e baseando-se no vencimento estabelecido para os vogais do Conselho Diretivo do IEF, I.P., em articulação com os diplomas ainda em vigor, nomeadamente, Despacho Conjunto MF/MEESS/88, de 6 de julho e Despacho nº 13/88 de 26 de fevereiro.

Para que seja assegurada transparência no que se refere à remuneração de pessoas chave da gestão a «NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas» exige que sejam feitas algumas divulgações sobre a remuneração, durante o período de relato, de pessoas chave da gestão, empréstimos que lhe foram feitos, e a remuneração que lhe foi atribuída por serviços prestados à entidade que não sejam a remuneração como membro do órgão de gestão, ou como trabalhador.

Relativamente às remunerações das pessoas chave da gestão do CECOA são considerados quaisquer retribuições ou benefícios obtidos direta ou indiretamente, pelos serviços prestados na sua qualidade de membros do órgão de gestão, ou como trabalhadores da entidade, sendo os valores auferidos em 2022 os da figura seguinte:

Cargo	Nome	Representante	Tipo de remuneração	Valor total pago
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Presidente	João Rui Casanova Lourenço	IEFP	Senhas de presença	3 337,20 €
Vogal	Ana Cristina Coelho Vieira	CCP	Senhas de presença	3 337,20 €
Vogal	Carlos Jorge Dias Casimiro	IEFP	Senhas de presença	3 337,20 €
Vogal	Luís Filipe C. Bastos Pereira Brás	CCP	Senhas de presença	3 337,20 €
Total				13 348,80 €
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE CONTAS				
Presidente	Isabel Ferreira Mendes	IEFP	Senhas de presença	125,16 €
Vogal	Mário Saramago Ferreira	CCP	Senhas de presença	125,16 €
Total				250,32 €
CONSELHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO				
Diretora Interina	Sílvia F. Barrocal Coelho	-	-	- €
Vogal	Clara Maria Coelho Guerreiro	CCP	Senhas de presença	41,72 €
Vogal	Maria Margarida Ramos de Carvalho	CCP	Senhas de presença	41,72 €
Vogal	Luísa Helena Laires Alves	IEFP	Senhas de presença	41,72 €
Vogal	António Rui Roque Antunes	IEFP	Senhas de presença	- €
Total				125,16 €
DIREÇÃO				
Diretora Interina	Sílvia F. Barrocal Coelho			27 310,71 €
Total				27 310,71 €
Total				41 034,99 €

Os valores apresentados incluem atualizações de valores de gratificações/senhas de presença dos representantes nos Órgãos Sociais, conforme comunicação do Conselho Diretivo do IEFP, I.P.

23. VARIAÇÕES DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Relativamente aos montantes das variações de fornecimentos e serviços externos (honorários e trabalhos especializados), os valores são os da figura seguinte:

Rubrica	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Honorários	692 699,88 €	579 559,96 €	113 139,92	20%
Trabalhos Especializados	107 705,33 €	124 368,38 €	-16 663,05	-13%
Total	800 405,21 €	703 928,34 €		

24. TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Relativamente aos montantes de transferências concedidas, correspondentes aos pagamentos de apoios sociais a formandos, decorrentes da sua participação em ações de formação profissional financiadas, os valores são os da figura seguinte:

Tipo de Despesa	Class. Económica /	Finalidades	Entidade Beneficiária	Transferências Efetuadas	
				2022	2021
Transferências Correntes	C.E. 040802B000	Apoios Sociais a Formandos	Formandos	222 179,22 €	246 269,51 €
Seguros	C.E. 020212B000	seguros de formandos		2 600,85 €	2 025,31 €
Total transferências correntes				224 780,07 €	248 294,82 €
Transferências de Capital				- €	- €
Total transferências de capital				- €	- €
Subsídios				- €	- €
Total subsídios				- €	- €
Total				224 780,07 €	248 294,82 €

25. VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Os dados relativos à rubrica «Outras Variações no Património Líquido» são apresentados nas figuras seguintes.

Rubrica	2022	2021
Resultados Transitados	-48 701,08 €	-31 538,52 €
Outras Variações no Património Líquido	312 931,37 €	195 897,39 €
Resultado Líquido	11 807,04 €	-17 162,56 €
Total	276 037,33 €	147 196,31 €

Valor Líquido inicial	Aquisições do exercício	Depreciações referentes a aquisições do exercício	Depreciações referentes a aquisições anteriores	Regularizações	Outros aumentos	Diminuições	Valor líquido final
195 897,39 €	198 874,78 €	6 403,03 €	75 437,77 €	- €	- €	- €	312 931,37 €

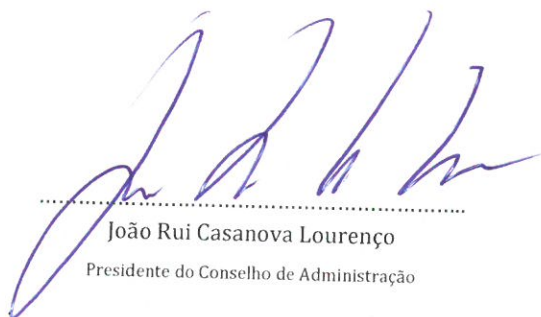
Lisboa, 21 de março de 2023

O Contabilista Público:

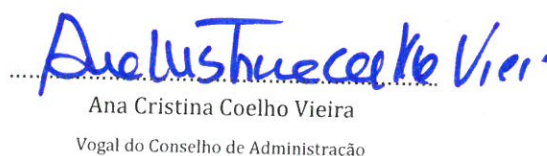


Pedro Nuno Camilo de Almeida Pereira
Coordenador do Departamento de R.H., Administrativo e Financeiro

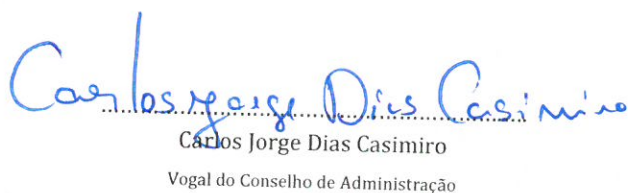
O Conselho de Administração do CECO:



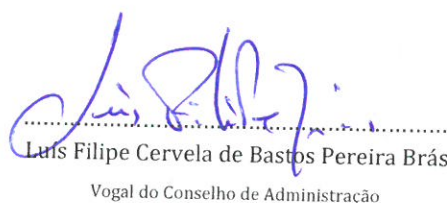
João Rui Casanova Lourenço
Presidente do Conselho de Administração



Ana Cristina Coelho Vieira
Vogal do Conselho de Administração



Carlos Jorge Dias Casimiro
Vogal do Conselho de Administração



Luís Filipe Cervela de Bastos Pereira Brás
Vogal do Conselho de Administração